



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

RÍZIA NATÂNIA BEZERRA BENTO

O DISCURSO DA EUGENIA E A INFÂNCIA NO BRASIL

GUARABIRA-PB

2015

RÍZIA NATÂNIA BEZERRA BENTO

O DISCURSO DA EUGENIA E A INFÂNCIA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Joedna Reis de Meneses

GUARABIRA-PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B475 Bento, Rizia Natália Bezerra
O discurso da Eugênia e a infância no Brasil [manuscrito] /
Rizia Natania Bezerra Bento. - 2015.
14 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2015.
"Orientação: Joedna Reis de Meneses, Departamento de
História".

1. Eugênia. 2. Infância. 3. Higienização. I. Título.
21. ed. CDD 370

RIZIA NATANIA BEZERRA BENTO

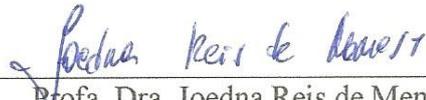
O DISCURSO DA EUGENIA E A INFÂNCIA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de licenciada em História.

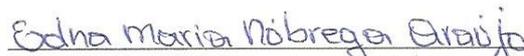
Orientador (a): Profa. Dra. Joedna Reis de Meneses.

Aprovada em: 01/12/2015.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Joedna Reis de Meneses
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Orientadora



Profa. Dra. Edna Maria Nóbrega Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Examinadora



Profa. Dra. Susel Oliveira da Rosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Examinadora

O DISCURSO DA EUGENIA E A INFÂNCIA NO BRASIL

BENTO, Rízia Natânia Bezerra.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar os significados do conceito de *eugenia* na construção de visibilidades para a infância no Brasil. Trata-se de observar como os princípios da modernidade, tais como o ideal de civilização, progresso, ordem e higienização dos espaços, consolidaram novos olhares para a infância e educação das crianças no Brasil.

Palavras-Chave: Eugenia, Infância, Higienização.

INTRODUÇÃO

Naquele período, surgiu uma nova mentalidade que se propôs a cuidar da população, educando e ensinando novos hábitos. Tratava-se do movimento higienista, quando as populações pobres foram acusadas de “atrasadas”, inferiores e pestilentas. Essas populações foram perseguidas, também, na ocupação que faziam das ruas.

A Eugenia

Para melhor compreensão deste tema, é importante observarmos o conceito de eugenia, este termo foi criado por, Francis Galton (1822-1911), antropólogo, meteorologista, matemático e estatístico inglês, que viveu na era vitoriana, desenvolveu diversos trabalhos nestas áreas específicas, aplicando métodos estatísticos ao estudo da herança. Cunhou o termo “eugenia” para designar “o melhoramento biológico da raça humana” através da reprodução seletiva em sua obra *Inquiries into human faculties* (1883). De acordo com Michael Bulmer, este melhoramento consistia em uma extensão do melhoramento de espécies animais que havia sido discutido por Charles Darwin (1809-1882), meio-primode Galton, no primeiro capítulo do *Origin of species*.

No Brasil, inúmeras publicações e traduções foram colocadas à disposição do público leigo neste período, dentre eles, destacamos o *Boletim de Eugenia* pela abrangência e importância diante dos objetivos propostos pelo seu editor. Publicado mensalmente entre os anos de 1929 e 1933, teve como diretor proprietário o médico Renato Ferraz Kehl (1889-1974), que se considerava um “encarnado defensor da eugenia no Brasil”. Editado como propaganda do Instituto Brasileiro de Eugenia, o *Boletim* recebia artigos de intelectuais, médicos e políticos do país e de outros países, tratando de variados assuntos referentes ao tema específico. Constituindo um importante meio para o entendimento do movimento eugenista no Brasil, o *Boletim* foi pouco pesquisado. Este movimento pautava suas análises a partir do advento da industrialização e urbanização, o que caracterizava uma intensa publicação de relatórios médicos sobre propostas de reformas sanitárias e urbanas.

A Eugenia e as Cidades

Por muitas vezes, o “movimento higienista” foi um forte aliado das elites econômicas em todas as suas manifestações, como se pode observar, de acordo com a seguinte passagem:

A ambição de arrancar do seio da capital as habitações e moradores indesejados pelas elites dirigentes começou a se materializar com as medidas visando à demolição dos numerosos cortiços e estalagens, espalhados por todas as freguesias centrais do Rio de Janeiro, o que se procedeu sob a legitimação conferida pelo sanitarismo. (Marins, 1998, p.141)

O Rio de Janeiro no início da segunda década do século XX representava uma das principais cidades do Brasil divulgadora das chamadas ideias “modernas”, “civilizadas” e de “progresso” que vigoravam naquele momento. Ideias estas não apenas demonstradas na sua circulação entre a elite pensante, bem como posta em prática, por esse mesmo grupo.

O surgimento e posterior desenvolvimento das indústrias nas cidades (do Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente) favoreceram a migração de um grande número de pessoas que saíam do campo em busca de trabalho que as cidades poderiam oferecer. Este fluxo intenso fez com grande parte dos trabalhadores trabalhasse e vivesse sob condições deploráveis nas cidades que cresciam desordenadamente com todos os problemas decorrentes deste fato.

O estado de miséria, devido às más condições de higiene, à falta de trabalho ocasionada pelo excesso de mão-de-obra bem como a exploração dos trabalhadores por parte dos industriais, contribuiu para o aumento da propagação de doenças e a baixa estimativa de vida dessas pessoas.

Os higienistas buscavam, porém, atingir todos os setores da sociedade com o argumento da higiene. Para eles, higiene seria uma área de conhecimento da biologia com o objetivo de melhorar a qualidade de vida humana, prevenir as doenças, aprimorar a saúde, descobrir cientificamente os melhores hábitos para a defesa da saúde individual.

Com essa autoridade, os médicos prescreveram novos hábitos sobre todas as condições que pudessem afetar de algum modo, a saúde, ou seja, todas as atividades humanas: trabalho, escola, moradia, asseio corporal, moralidade. Se o país estava doente cabia curá-lo, ou melhor, saneá-lo. Muitos “higienistas” tomavam como referência a idéia que preconizava ser a falta de saúde e educação do povo responsável por nosso atraso em relação à Europa. A situação de miséria do Brasil tinha explicações em fatores sociais, e, por esse motivo, julgavam poder cumprir, com o apoio financeiro do Estado, o papel de modernizadores do Brasil. Muitos deles buscaram este título. O primeiro passo tomado foi criticar a situação de abandono e, depois, negar a inferioridade biológico-racial do povo brasileiro, incapacitado para o trabalho moderno por questões sociais, e não por sua condição etno-biológica.

A partir de 1930, muitas orientações higienistas foram seguidas no Brasil para democratizar a incipiente estrutura de saúde e educação no país.

O “movimento higienista” tinha por objetivo, o estabelecimento de normas e hábitos para conservar e aprimorar a saúde coletiva e individual. Somente nesse aspecto é que podemos encontrar certa homogeneidade; fora dele, o que resta é uma mentalidade higienista em uma generalidade difusa e heterogênea.

Pode-se dizer que as reformas educativas criadas neste período tiveram no ideal de formação eugênica uma proposta moral, de bons costumes e melhorias no condicionamento físico, visto este fator ser de ordem significativa para a formação de uma raça fisicamente forte, com padrões estéticos que definiriam segundo os parâmetros eugenistas, a nobreza de uma raça.

A política educacional desenvolvida em meados das décadas de 30 e 40 tinha por objetivo formar o cidadão brasileiro segundo os moldes desenvolvidos em países

européus, tendo como proposta para o desenvolvimento físico, a contribuição efetiva para a formação moral e disciplinar do indivíduo. Os ideais de uma educação eugênica estão presentes na Constituição de 1937 que foi outorgada por Getúlio Vargas no dia 10 de novembro de 1937, no mesmo dia em que foi implantada a ditadura do Estado Novo. É importante mencionar que a educação física, considerada integrante da educação eugênica, tinha caráter obrigatório: o movimento eugênico não ocorreu apenas no Brasil, mas no âmbito mundial em meados do século XIX e primeira metade do século XX. Este movimento sofreu diversas modificações e o discurso daqueles que o defendia apresentou muitas particularidades (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/_03/constituicao/constituicao34.htm acesso em 20/09/2015).

Havia um grande esforço por parte de seus autores em caracterizar a eugenia como uma ciência.

A Eugenia e a Infância

A eugenia se baseava no discurso da medicina para se fortalecer. Desse modo, podemos afirmar a existência de uma medicina voltada para eugenia das crianças. A infância fazia parte de um discurso que entendia ser o futuro do Brasil e seu desenvolvimento dependente da saúde de suas crianças com vistas de virem a se tornar adultos “higienizados” e moldados a serviço da Pátria.

Logo, a criança será depositada todas as esperanças de um futuro melhor para o Brasil e disso entendia-se que quanto mais cedo sofrer intervenção médica tornar-se um adulto regenerado, saudável, instruído higienicamente, estando capacitado e dedicado a fazer a nação progredir. (OLIVEIRA, 2010, p. 3)

A medicina infantil se colocou como aliada do Estado para o desenvolvimento do projeto de modernização, procurando arquitetar e difundir representações que justificam o cuidado, a assistência e a proteção para com a infância como um dever de caráter cívico e patriota.

A divulgação mediante os periódicos, as revistas especializadas e, sobretudo, os congressos foram meios de comprovação da credibilidade e da consolidação de visibilidade desses discursos médicos e eugenistas.

A infância, dessa maneira, estava oficialmente inserida dentre os principais temas debatidos nos congressos em que a pauta se remetia ao processo de modernização, civilização e progresso da nação brasileira.

Desamparada pelo Estado, pela família e pela sociedade de maneira geral a infância passou a ser considerada à mercê dos vícios, das doenças, das degenerações, enfim, da morte.

Isto porque, embora hoje nos seja comum à representação de que a criança é um ser diferente do adulto, esta concepção esteve na década de 1920, ainda bastante restrita aos indivíduos das letras, principalmente entre os médicos. Esses, os denominados higienistas, no decorrer do final do século XIX no Brasil, foram divulgadores da percepção de que a criança consistia num ser que apresentava distinções em relação ao adulto. Mas, a noção da criança indefesa e delicada, necessitando de total atenção para seu desenvolvimento físico e emocional não se apresentava até então.

Ademais, a sociedade oitocentista valoriza o adulto e o velho por estes terem funções específicas a serem desempenhadas, sobretudo a de preservar o patrimônio familiar, destinando a criança um papel a parte, tornando-a compreendida como uma mera copia em miniatura do adulto. Entretanto, o sentimento e o conceito de infância não devem ser confundidos com o sentimento de afeição, demonstração de carinho pelo filho,

O sentimento de infância passou a ser construído a partir da consciência de uma distinção entre criança e o adulto, fazendo do período da infância uma fase particular da vida associada ao pensamento de vulnerabilidade dos corpos infantis.

Vulnerabilidade esta, compartilhada a outras enfermidades, que em soma com a referida, consideradas comuns à infância pelas suas frequências em acometimento, delineando sua fragilidade natural. A varíola, a gripe, a coqueluche, as pneumonias, corresponde a algumas das enfermidades que fragilizavam a criança impelindo seu crescimento e desenvolvimento em decorrência de resultarem em sequelas ou, corriqueiramente, em óbitos.

Isto porque, estamos tratando de uma medicina sobre o “infante” em processo de institucionalização e consolidação, buscando por meio principalmente da clínica, desvendar um organismo prescrito como complexo. Se a infância é representada como frágil e susceptível as moléstias, portanto, requerendo cuidados e proteção, temos aqui a articulação de sua complexidade com a concepção encetada, também, pela pediatria, de que esta lidar com a constituição de um sistema naturalmente incompleto, em decorrência de seu sempre atualizado crescimento e desenvolvimento.

Por conseguinte, a clínica e sua aplicação ao corpo infantil foram moldadas pela percepção a infância pelas vias de sua fragilidade, vulnerabilidade e complexidade.

As representações acima analisadas estão dentro daquilo que os médiocos, ao longo do tempo, incluíram como normalidades da infância, inerentes a própria essência do que é ser infante. Nesse aspecto, as memórias que priorizaram a temática da alimentação infantil nos apontam a mais uma das representações que compõe esse quadro de normalidade.

As memórias, aqui, giram em torno da relação da alimentação com a aparição do escorbuto¹ infantil. Convergentes quanto a esse vínculo, os médicos perceberam que sua aparição estava associada à falta de higiene dos alimentos e sua qualidade, bem como a monotonia alimentar gerando a carência de certos gêneros vitamínicos.

A medicina, mesmo enfatizando a fragilidade dos organismos das crianças, buscou, aos poucos, desassociar essas representações por entender que o estado doente era produto do descuido, do descaso e dos cuidados inadequados.

A criança se tornava doente porque não foi amparada, protegida e assistida, ou quando algo parecido lhes destinaram, se deu de forma inadequada por pessoas leigas no assunto, as nossas conhecidas “parteiras”, “comadres”, “vizinhas”, as acumuladoras do conhecimento “popular”, dito leigo

A alimentação infantil e a preocupação quanto a sua composição, dessa forma, contribuiu para construir a representação que normaliza a infância como sendo aquela que passou a ser lida como forte e sã na relação dos cuidados e na preocupação da qualidade de sua nutrição.

A robustez, as “dобрinhas na pele”, a feição esperta, rosada e alegre, são sintomas, que segundo a leitura médica, diagnosticava está saudável e, por conseguinte, normal o “infante”.

O início do século XX inaugurou uma nova forma de pensar, de sentir, de perceber e representar a infância. Os nossos “homens da ciência e da pena”, especificamente nossos médicos em conjunto com os governantes, lançaram seus olhares sobre a sociedade e mais especificamente sobre as suas “mazelas”, a gente

¹ O escorbuto (do latim *scorbutus*) é uma doença que tem como primeiros sintomas hemorragias nas gengivas, tumefação purulenta das gengivas (inchaço com pus), dores nas articulações, feridas que não cicatrizam, além de desestabilização dos dentes. É provocada pela carência grave de vitamina C

pobre, degenerada física, moral e racionalmente. (OLIVEIRA, 2013, p. 11. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/>, acesso em 26/10/2015).

Adquirindo visibilidade em seus dizeres, a criança e a fase da vida a que está inserida, a infância, foi visualizada tanto como a origem de nossos males quanto a nossa cura, nosso remédio. Representada durante um longo período de nossa história enquanto mera cópia do adulto, apenas distinta a peso e estatura, o menino que não era “gente”, tornou-se “gente”. “Gente”, porque começou a ser compreendido como diferente, como singular, como peculiar. Definida, essa singularidade, pelos dizeres da Pediatria nascente, tendo como base sua fisionomia e fisiologia.

Da medicalização a alimentação, da higiene do corpo a educação, o médico foi tomando para si o monopólio à intervenção ao corpo infantil. Pautado nos preceitos científicos, os quais validavam sua prática entre os pares, o médico-pediatra orientava a sociedade e, sobretudo a mãe no fino trato dos rebentos, acarretando a difusão do conhecimento por ele produzido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas “educativas” aplicadas no Brasil a partir da consolidação do conceito de eugenia contribuíram para as necessidades de apropriação do pensamento de que existe um momento na vida humana que pode e deve ser denominado de infância. Esta apropriação se deu, principalmente por parte dos médicos, higienistas e autoridades em geral que ajudaram a consolidar regras de condutas higienizadoras para a infância no Brasil.

Foi possível observar como os princípios da modernidade que estiveram presentes nas cidades brasileiras no final do século XIX e primeiras décadas do século XX impulsionaram novas leituras sobre as crianças, criando novos padrões de condutas a serem seguidos com base no pensamento de que seria preciso melhorar biologicamente as crianças para assegurar um melhor futuro para os homens e mulheres no Brasil. Esta tese, claro, inspirada na eugenia ajudou a criar mecanismos de controle das crianças por parte da medicina e dos projetos higienistas propagados.

ABSTRACT

This work aims to analyze the meanings of eugenics concept in which elaborates visibility for children in Brazil. Therefore this is to observe how modernity principles

have consolidated new ways to look at childhood and education of children in Brazil, and such principles may be: ideal of civilization, progress, and order and cleanliness of spaces.

Keywords: Eugenics, Childhood, Hygienism

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. **Uma Cidade, muitas tramas: a cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade.** Recife: UFPE, 1999. (Dissertação de Mestrado).

FERREIRA, Antonio Gomes. “Modernidade, higiene e controle médico da infância e da escola”. In: ALMEIDA, Malu (org.). **Escola e modernidade: saberes, instituições e práticas.** Campinas: Alínea, 2004.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Façamos a família à nossa imagem. Recife, 2002, 343f. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti, FREIRE, Leonardo Q. B., SOUSA, Débora da Silva, LOURENÇO, José Maxuel. “A Ordem antes do progresso: o discurso médico-higienista e a educação dos corpos no Brasil do século XX”. In: **Fênix. Revista de História e Estudos culturais.** Vol.09. Ano IX. N.1. Janeiro/Fevereiro/Março/Abril de 2012. (Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/>)

OLIVEIRA, Iranilson Buriti. “Fora da Higiene não há salvação”: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. v.4 - n.7 - fev./mar. de 2003. (Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme.)

PRIORE, Mary Del (org.). **História da Criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos Modernos: Histórias da cidade do Recife na Década de Vinte.** Recife: FUNDARPE, 1997.

SANT’AANA, Denise B de. (org.). **Políticas do Corpo.** São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SANT’AANA, Denise Bernuzzi de. “É possível realizar uma história do corpo?” In:

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. "Higiene e higienismo entre o Império e a República." In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia.(org.). **História do corpo no Brasil.** São Paulo: UNESP, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. (Org.) **História da Vida Privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura Como Missão**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Daniela Medeiros de. **Cartografias da Infância**: Discursos institucionais pedagógicos, institucionais, pedagógicos e curriculares da pré-escola Campinense. Campina Grande: UFPB 2009. (Dissertação de Mestrado). Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande.

SILVA, Paloma Porto ; OLIVEIRA, Michelle S. . **Medicalizando e Inspeccionando a Infância**:o corpo esquadrihado através do discurso médico-pedagógico em São Paulo (1902-1917). In: I Colóquio Internacional de História - Sociedade, Natureza e Cultura, 2008, Campina Grande - PB. I Colóquio Internacional de História. Campina Grande - PB : Gráfica Universitária UEPB, 2008. p. 01-08.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos “Corpos robustos: hygiene e educação physica nas escolas da cidade da Parahyba 91913-1924). **Saeculum** - REVISTA DE HISTÓRIA [24]; João Pessoa, jan./ jun. 2011

SOUSA, Débora da Silva, OLIVEIRA, Iranilson Buriti. “De estrela a sementeira: o Pediatra e sua pena prescrevendo as representações da infância no I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância”. In: **VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História**: Ver – Sentir – Narrar Universidade Federal do Piauí – UFPI Teresina-PI. 2013. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/>

STEPHANOU, Maria. “Saúde pela educação: escolarização e didatização de saberes médicos na primeira metade do século XX”. In: Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p. 07. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/>

MARINS, Paulo. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, N. História da vida privada no Brasil. São Paulo, Cia. Das Letras, Vol. 3, 1998.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm acesso em 20/09/2015.